

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1003506-88.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **Lorival José Papesso**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

LORIVAL JOSÉ PAPESSO ajuizou ação contra **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, pedindo a concessão de auxílio acidente, haja vista incapacidade funcional decorrente de acidente trabalho que sofreu no dia 26 de julho de 2013.

O réu foi citado e contestou o pedido, aduzindo a inexistência de incapacidade laborativa residual apta a justificar a concessão do benefício acidentário.

Manifestou-se a autora.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo aos autos o respectivo laudo, sobre o qual manifestaram-se as partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Controverte-se apenas quanto à incapacidade laborativa alegada pelo autor, o que ensejou a produção de prova pericial, dispensável designar audiência instrutória.

Concluiu a perita judicial que *"que o nexo causal é procedente quanto ao acidente de trabalho sofrido pela autora em 26/07/13 (CAT fls. 09), bem como o quadro traumático decorrente da fratura de tornozelo à direita foi tratado cirurgicamente e confere ao autor sequela segmentar grau leve e que não inviabiliza ao exercício da função laborativa de eletricista exercida nessa ocasião. Outrossim, ressalte-se que a sequela funcional presente no membro inferior direito do autor é leve e não requer do mesmo dispêndio de maior e permanente esforço ao exercício das atividades laborativas contempladas no seu histórico profissional" (fls. 97).*

Tal conclusão está em consonância com a decisão proferida pelo INSS, que negou a prorrogação do benefício (fls. 10).



P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Nem se diga ser o caso de concessão do auxílio-acidente em razão da constatação de lesão de natureza leve, pois tal benefício somente é devido quando a sequela implicar redução da capacidade do segurado para o trabalho que habitualmente exercia, o que não ocorre no presente feito.

Neste sentido, proclama o E. Superior Tribunal de Justiça:

"O fato da redução ser mínima, ou máxima, reafirmo, é irrelevante, pois a lei não faz referência ao grau da lesão, não figurando essa circunstância entre os pressupostos do direito, de modo que, para a concessão de auxílio-acidente, é necessário verificar, apenas, se existe lesão decorrente da atividade laboral e que acarrete, no fim das contas, incapacidade para o trabalho regularmente exercido." (STJ. RESP nº 1.109.591/SC. Min. Relator: Celso Limongi. D.J: 25/08/2010).

Diante do exposto, **rejeito o pedido.**

Sem custas.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 16 de outubro de 2018.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA